

OS LIVROS E A CENSURA EM BRASÍLIA DURANTE A DITADURA MILITAR (1964-1985)¹

BOOKS AND CENSORSHIP IN BRASÍLIA DURING THE MILITARY DICTATORSHIP (1964-1985)

Raphael Diego Greenhalgh²

RESUMO

A censura sempre está presente em governos autoritários e na Ditadura Militar brasileira ela serviu como meio de perseguição aos livros. A censura moral era feita, principalmente, pela Divisão de Censura e Diversões Públicas e a censura política realizada após a publicação dos livros, devido à falta de previsão legal. O presente trabalho buscou identificar e analisar os casos de censura moral e política na cidade de Brasília, a partir de uma pesquisa exploratória e descritiva, de natureza quali-quantitativa, com pesquisa documental feita em arquivos, nos materiais gerados pelos órgãos repressores e com a realização de entrevista e envio de questionários às pessoas que presenciaram ou vivenciaram casos de censura. Foram identificados vários casos de apreensão de livros, ocorridos desde o início do regime militar, com destaque para a queima de livros por bombeiros do Distrito Federal. A repressão aos livros em Brasília foi intensa e constante, chegando a torturar fisicamente um editor local.

Palavras-chave: Censura a livros. Censura em Brasília. História do livro. Tortura. Queima de livros. Ditadura Militar.

ABSTRACT

Censorship is always present in authoritarian governments and in the Brazilian Military Dictatorship it served as a means of persecution of books. The moral censorship was carried out mainly by the Divisão de Censura de Diversões Públicas and political censorship was carried out after the publication of the books, due to the lack of legal provision. The present work sought to identify and analyze the cases of moral and political censorship in the city of Brasília, based on an exploratory and descriptive research of a qualitative and quantitative nature, with documentary research done in archives, in the materials generated by the repressive organs and with the realization interview and sending questionnaires to people who witnessed or experienced censorship cases. Several cases of seizure of books have been identified, occurring since the beginning of the military regime, with emphasis on the burning of books by firefighters from the Distrito Federal. The repression of books in Brasilia was intense and constant, even physically torturing a local editor.

Keywords: Censorship of books. Censorship in Brasília. History of the book. Torture. Burning books. Military dictatorship.

Artigo submetido em 01/05/2020 e aceito para publicação em 14/10/2020

1 Este trabalho é produto de pesquisa de Pós-doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (UFF), supervisionada pelo Prof. Dr. Carlos Henrique Juvêncio. Com bolsa Capes para pós-doutoramento devido ao Prêmio Capes de Tese.

2 Doutor em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília, Brasil. Bibliotecário do Setor de Obras Raras da Biblioteca Central. Universidade de Brasília, Brasil. ORCID <https://orcid.org/0000-0002-9625-5854>. E-mail: raphaeldgbiblio@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A censura é uma modalidade de repressão comum em governos autoritários. Na História do Brasil é possível ver alguns momentos em que a censura foi estruturada e usada como ferramenta governamental de repressão, como por exemplo, no Estado Novo. Durante a Ditadura Militar, os livros considerados subversivos ou imorais não podiam ser publicados ou tinham sua circulação impedida. Para esse controle, o governo instaurou o exame prévio de obras, que deviam ser encaminhadas à Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), órgão preocupado, principalmente, em verificar livros que pudessem atentar contra a moral e os bons costumes. A censura política aos livros, geralmente era feita após a publicação da obra, visto que não havia previsão legal para sua aplicação.

Apesar da censura não ser ferramenta política de controle de informações usada apenas em momentos autoritários, é em governos despóticos que ela se estrutura e passa a ser uma das ações de repressão contra opositores, ou contra aqueles que supostamente atentam contra o *status quo*. No período colonial brasileiro, por exemplo, havia um sistema censório em que igreja e governo controlavam o que poderia ser publicado, no intuito de defender seus interesses e sua hegemonia. Por este motivo, a imprensa chegaria tardiamente no Brasil, com livros, revistas e jornais publicados no país apenas a partir da chegada da família real, em 1808. Neste momento, mesmo com a criação da Imprensa Régia no Brasil, a censura atuava de tal forma, que aquele que é considerado o primeiro jornal brasileiro, o *Correio Braziliense*, durante sua existência entre 1808 e 1822, teve que ser impresso em Londres, devido às críticas que fazia ao regime monárquico da época.

No Estado Novo (1937-1945), outro período autoritário na história brasileira, no ano de 1937, livros do escritor Jorge Amado foram apreendidos nas livrarias e queimados publicamente por seu conteúdo, pois eram simpatizantes ao comunismo (LEITÃO, 2011). Em 1939, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) foi criado para exercer a censura sobre a imprensa e as diversões públicas, papel que lhe coube até 1945. Segundo Dorbstein (2007), após o fim do DIP, seus critérios de censura foram mantidos praticamente na íntegra, pelo Decreto n. 20.493, de 24 de janeiro de 1946, dispositivo legal que também regulamentava o Serviço de Censura e Diversões Públicas (SCDP). Entre 1972 e 1973, a SCDP se tornaria a Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), que continuaria usando o Decreto de 1946 como instrumento legal para suas atividades.

Diante do contexto apresentado, da continuidade da censura em diversos momentos políticos brasileiros, verifica-se a importância de entender as estruturas e ações censórias e suas singularidades em

cada período histórico e em localidades diversas no país. Por esta razão, este trabalho buscou entender como se deu a censura a livros na cidade de Brasília, durante a Ditadura Militar. Para isso, procurou identificar os casos em que obras foram confiscadas, procurando estabelecer o contexto e os locais destas apreensões. Portanto, foi realizada uma pesquisa exploratória e descritiva, visto que apesar de ser vasta a documentação sobre censura no período analisado, não são encontrados muitos trabalhos sobre o recorte espacial proposto, buscando a partir do levantamento feito, descrever os episódios de perseguição aos livros em Brasília. Portanto, o estudo tem natureza quali-quantitativa, com dados coletados a partir de pesquisa documental realizada nos materiais presentes, principalmente, no Arquivo Nacional (AN), nos processos da justiça militar disponibilizados pelo projeto Brasil: nunca mais (BNM), na Hemeroteca das Coleções Especiais da Biblioteca Central (BCE) da Universidade de Brasília (UnB) e no Relatório da Comissão Anísio Teixeira da Memória e Verdade. Também foi realizada uma entrevista com o editor Victor Alegria e enviados questionários ao escritor Nicolas Behr e ao Professor e ex-diretor da BCE, Murilo Bastos da Cunha.

2 CENSURA A LIVROS NA DITADURA MILITAR

O aparelho censório na Ditadura Militar teve raízes vindas do Estado Novo, período de governo autoritário em que houve intenso controle sobre a circulação de ideias. O DIP criado por Getúlio Vargas, se tornou posteriormente o órgão central da censura prévia às diversões públicas durante o regime militar, a DCDP. No período analisado, a censura prévia a livros aconteceu de forma diferenciada daquela imposta à imprensa. Enquanto a primeira era feita majoritariamente de forma oficial a partir da DCDP, a segunda era clandestina, a cargo principalmente do Serviço de Informação do Gabinete (SIGAB), do Ministério da Justiça (DORBSTEIN, 2007).

O aparato repressor na Ditadura Militar era constituído pelo tripé: censura, produção de informações e vigilância/repressão policial (NAPOLITANO, 2014). A primeira perna era exercida pela DCDP e SIGAB e as outras duas ficavam a cargo das Delegacias de Ordem Política e Social (Dops), das inteligências militares e do sistema Codi/DOI (Centro de Operações de Defesa Interna – Destacamento de Operações e Informações). Berg (2019) enxerga as outras partes do tripé como também atuantes na aplicação da censura. Para a autora, a censura se deu de duas maneiras: burocrática e coercitiva. Em que uma estava baseada nas leis e decretos, exercida principalmente pela DCDP e dividida em dois níveis: um preventivo (censura prévia) e outro punitivo (processos judiciais). Enquanto a coerção era praticada principalmente pela ala radical do Exército e pela polícia, sobretudo civil, ligada ao Dops.

A censura oficial do governo era apenas uma forma de repressão aos livros que poderiam ser considerados subversivos. Era comum que setores do regime, como órgãos de informações, produzissem pareceres contrários à distribuição de alguns livros já editados e enviassem à Polícia Federal e ao Ministério da Justiça pedidos de censura e recolhimento das obras. Editoras como Civilização Brasileira, Saga, Vozes, entre outras, sofreram coerção e atentados, tiveram livros apreendidos e responderam processos por editarem livros subversivos. (CASTRO, 2017, p. 27)

Apesar das adaptações feitas pelo regime militar, ao longo de duas décadas, diante das novas circunstâncias que iam se apresentando, a meta dupla de segurança e desenvolvimento era mantida, no sentido de obter controle e erradicar conflitos, assim como de estimular o crescimento econômico a qualquer preço (SMITH, 2000). Neste contexto, Napolitano (2014) apresenta três momentos de repressão à área cultural: entre 1964-1968, quando a censura ocorreu de forma mais episódica e pouco estruturada, com a repressão menos sobre o indivíduo e mais sobre as instituições e movimentos culturais; entre 1968-1978, principalmente a partir da promulgação do Ato Institucional número 5 (AI-5), ocorrendo a partir de então uma censura mais rotineira, se institucionalizando no inícios da década de 1970; entre 1978-1985, com o fim da censura prévia e a vigilância focada na moral e nos bons costumes, arrefecendo o controle policial sobre a oposição cultural ao regime.

No primeiro momento de repressão “a censura a livros no Brasil foi marcada por uma atuação confusa e multifacetada, pela ausência de critérios mesclando batidas policiais, apreensões, confiscos e coerção física” (REIMÃO, 2014, p. 75). A partir da Constituição de 1967 foi oficializada a centralização da censura em Brasília e em 26 de janeiro de 1970 a censura prévia a livros seria regulamentada pelo Decreto-Lei Nº 1.077, que determinava em seu artigo primeiro, que “não ser[iam] toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação”. De modo que, a averiguação prévia a livros e periódicos foi autorizada ao Ministério da Justiça, quando este julgasse necessário, no intuito de não serem publicados materiais contrários ao artigo primeiro.

A Portaria 11-B, de 06 de fevereiro de 1970, operacionalizou o Decreto-Lei Nº 1.077, determinando que todas as publicações deveriam ser previamente encaminhadas ao Ministério da Justiça para avaliação, conforme mostra Reimão (2014). A autora também diz que em razão da reação adversa de editores, escritores, intelectuais e associações da sociedade civil, a Instrução Nº 1-70, de 24 de fevereiro de 1970, foi editada isentando de verificação prévia as obras de caráter estritamente filosófico, científico, técnico e didático, e aquelas que não abordassem sobre sexo, moralidade pública e bons costumes. Reimão (2014) ainda argumenta que a censura prévia a todos os livros seria

impraticável, devido ao grande volume de títulos novos lançados todos os anos, com 9.950 títulos novos apenas em 1971.

Assim, a censura prévia aos livros, institucionalizada a partir da legislação apontada, era pautada no combate à circulação de obras que atentassem contra a moral e os bons costumes, principalmente. Marcelino (2011) argumenta que a censura política aos livros, não tinha amparo na legislação do período, sendo realizada após a publicação das obras, com a proibição e apreensão destas sendo respaldadas pelo AI-5 e pela Lei de Segurança Nacional.

Em estudo realizado por Castro (2017) é possível ver uma outra modalidade de censura. A autora investigou os processos jurídicos do Superior Tribunal Militar (STM) em que constavam apreensões de livros, onde as obras confiscadas eram usadas como provas de subversão do réu. Este modo de atuação da repressão aos livros impedia que os exemplares circulassem novamente e criava uma atmosfera de medo, visto que as pessoas tinham receio de comprar e manter determinados títulos em suas casas, por exemplo. Pois, a posse de certos livros poderia ser usada como meio de condenação judicial em alguns casos. Esta abordagem e outras estavam presentes na repressão exercida aos livros, autores, editores, livreiros e bibliotecas em Brasília, conforme é possível ver nos casos apresentados a seguir.

3 PERSEGUIÇÃO E CENSURA A LIVROS EM BRASÍLIA

A repressão aos livros em Brasília começou em abril de 1964, apenas oito dias após o golpe civil-militar que instalaria uma ditadura no Brasil. Em matéria do *O Globo*, de 09 de abril de 1964, consta que após 24 horas de trabalho ininterrupto, o Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP)³ havia feito apreensão de vasto material subversivo em sindicatos e outros locais suspeitos. Segundo a matéria, quase todas as livrarias da capital foram visitadas, ocorrendo a apreensão de todas as publicações consideradas subversivas presentes nestes locais (COPIOSO..., 1964). Também foram realizadas diligências nos Sindicatos dos Bancários, dos Jornalistas, da Construção Civil, na sede da União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas de Brasília e na sede da Organização Política Operária. Nesta ação conjunta entre a DFSP e o Exército, chamada de Operação Limpeza, foram apreendidos livros considerados marxistas, ultrapassando a casa dos mil exemplares (COPIOSO..., 1964).

3 Posteriormente passou a ser o Departamento de Polícia Federal

No mesmo dia da publicação do primeiro Ato Institucional (AI-1), em 09 de abril de 1964, a Universidade de Brasília (UnB) sofria a primeira de uma série de invasões policiais-militares, que ocorreriam ao longo do regime militar. Segundo o Relatório da Comissão Anísio Teixeira da Memória e Verdade, o campus foi invadido por tropas do Exército e da Polícia Militar de Minas Gerais, transportadas à universidade por quatorze ônibus e acompanhadas por quatro ambulâncias, mostrando que estavam preparadas para um confronto violento. Eles traziam também os nomes de doze professores, que foram presos na ocasião, levando também quatro alunos sob custódia. Segundo depoimento de Perseu de Abramo presente no Relatório, participaram do cerco à UnB cerca de 900 pessoas, fortemente armadas, munidos de fuzis com baionetas, revólveres, metralhadoras de mão e metralhadoras de tripé (COMISSÃO..., 2015). Os presos naquela ocasião ficaram no cárcere por 15 dias.

Ainda conforme o relato de Perseu Abramo, o prédio do SG-12, onde ficava a Biblioteca Central (BCE), ficou interditado também por 15 dias e todos os seus livros foram totalmente revistados. Ele também disse que foram separados como livros subversivos as obras: *Le Rouge et le Noir*, de Stendhal; *O Círculo Vermelho*, de Conan Doyle; *A Revolução Francesa*, de Carlyle, e um álbum do arquiteto Le Corbusier, confundido com Roland Corbisier. Segundo Perseu Abramo os oficiais, ao folhearem o álbum, exclamavam: “Olha como se tratam esses comunistas! Olha as casas que eles têm.” Em matéria do *Correio Braziliense*, de 10 de abril de 1964, sobre esta invasão, há a informação de que foram apreendidas obras que “louvavam a personalidade de Lenine, Stalin, Fidel, Castro e Mao Tse Tung” e que entre os títulos estavam “*Fala Tito*’, ‘*As duas táticas*’, de Lenine; ‘*A revolução desfigurada*’, de Trotsky, e grande número dos *Romances do Povo*⁴, destacando-se a conhecida obra comunista ‘*Coolie*’ de Mulk Raj Anand” (MATERIAL..., 1964).

A BCE ainda teria outro episódio de livros retirados do acervo. Em matéria da *Folha de S. Paulo*, de 28 de junho de 1986, há a notícia de que mais de 60 obras foram encontradas escondidas no cofre desta biblioteca. Entre os materiais estavam os livros: *Diário de Che Guevara na Bolívia*, *O último tango em Paris*, *O livro vermelho de Mao Tsé-Tung*, *Outubro 72*, *Pensamento de Allende*, além de folhetos, documentos da UNE e até 27 medalhinhas com a efígie de Mao Tsé-Tung (COFRE..., 1986). Em questionário enviado ao Professor Murilo Bastos da Cunha (Diretor da BCE entre 1985-1990), o mesmo respondeu que todas as obras encontradas no cofre pertenciam à BCE e que retornaram ao acervo (CUNHA, 2020). Ainda conforme a matéria da *Folha de S. Paulo*, o *Jornal de Brasília* levantou a

4 Coleção organizada pelo escritor Jorge Amado e publicada na Editora Vitória do Partido Comunista Brasileiro (PCB). (JUBERTE, 2019)

hipótese de que as mesmas foram guardadas no cofre por ordem do ex-reitor da UnB, Carlos Azevedo, que refutou a acusação dizendo que havia dois cofres na UnB, um manipulado pelo diretor da BCE e outro pelo tesoureiro. No questionário, o Prof. Murilo também diz que as obras não poderiam ter sido colocadas no cofre sem conhecimento de alguém da BCE, pois o mesmo era de acesso restrito ao pessoal da Seção de Obras Raras (CUNHA, 2020).

Em entrevistas feitas por Rodrigues (2013, p. 41-42) a dois antigos funcionários da BCE, os mesmos disseram que: “Os livros que ficavam dentro do cofre eram os de Marx, Lenin, autores comunistas em geral” e que “se ficassem nas estantes, certamente seriam retirados, receberíamos denúncias, então livros que eram perigosos também iam, nem todos, alguns livros foram levados para o cofre. Por exemplo, o livro de pensamentos de Mao Tsé-Tung chegou em vários exemplares que vieram pelo correio, a bibliotecária abriu e quando viu era do Mao Tsé-Tung, tinham vários broches e tudo foi pro cofre. O bibliotecário fazia esse tipo de censura, mas não era a mesma motivação que o Estado, da polícia.” Relato similar é encontrado em Freitas (2016, p. 41), onde um dos entrevistados disse: “lembro-me de uma ocasião quando chegou um pacote pelo correio, oriundo da China, com alguns exemplares do Livro Vermelho de Mao Tsé-Tung e alguns broches com a efígie dele. O diretor, Elton Volpini, recolheu tudo a esse cofre”. Portanto, aparentemente, alguns livros foram retirados do acervo, ou mesmo não incluídos, no intuito de mantê-los protegidos no cofre, visto que, se apreendidos pela repressão, poderiam não voltar para o acervo em outro momento.

Em outro episódio de apreensão, o escritor Nikolas Hubertus Josef Maria von Behr, conhecido apenas como Nicolas Behr, teve a casa onde morava com seus pais invadida em 15 de agosto de 1978, onde os policiais efetuaram sua prisão e também confiscaram seus livretos⁵, a partir da acusação de posse de material pornográfico. Foram apreendidos 2.337 exemplares de 19 títulos⁶, onde a grande maioria era de autoria solo de Nicola Behr e alguns eram em parceria com outros autores. Os livretos *Chá com porrada e logurte com farinha* foram os que tiveram mais exemplares apreendidos, com 572 e 515 exemplares respectivamente. Suas obras eram vendidas por ele mesmo em portas de colégios, bares, teatros, cinemas, entre outros locais.

No inquérito policial, presente no processo judicial que julgou o autor, consta que muitos dos livretos apreendidos “possuem em seus textos frases de cunho pornográfico [e], inclusive dois deles, gravuras obscenas”. Em questionário, Nicolas Behr relatou que os policiais acreditavam que ele tinha

5 O autor explicou que eles eram mimeografados, com média de 36 páginas e de 500 exemplares (BEHR, 2020).

6 Todo o processo judicial referente à essa apreensão está disponível em: http://www.nicolasbehr.com.br/arquivos/processo_dops.pdf

uma gráfica clandestina na sua casa e foram lá procurando também por um mimeógrafo, como não encontraram, tiveram que processá-lo pelo Código Penal e não pela Lei de Segurança Nacional, como desejavam (BEHR, 2020).

No inquérito policial também são apresentados os aspectos pornográficos dos seus textos, como por exemplo, do livreto *Poesia quae sera tamen*, de Nicolas com outros autores, são indicadas como prova, frases como: “... este trabalho é dedicado a todas as prostitutas do Brasil...”, “...por que você não enfia a forma na bunda? – y leve o lirismo nas coxas! Chupe a notoriedade!...”, “...Essa ferocidade toda que transpiramos é o reflexo direto da violência sofrida – é o troco das arbitrariedades engolidas – é uma isca: quicô morde y se fode...”, “...ontem sonhei que masturbei e te encontrei enrolada no lençol...” Behr (2020) conta que, apesar de ter escrito bastante durante o processo judicial, ele não publicou neste período. No questionário, o escritor também disse que, apesar de ter ficado tranquilo durante a sua prisão, sofreu certa pressão psicológica, pois “um dos agentes sempre [o] ameaçava que iria distribuir para a imprensa fotos [suas] na boate Aquarius, no Conic, a primeira boate assumidamente gay no Brasil... esse tipo de ameaça psicológica eu sofri... e pensava: Aquarius, Conic... ? por lá não andei”. Ainda no questionário, Nicolas Behr diz que, na época o Delegado do Dops também teria lhe dito “você tem sorte, se fosse há uns 5 anos atrás (73, portanto...) a gente desaparecia com você” (BEHR, 2020). Em 30 de março de 1979, o juiz da 8ª Vara Criminal considerou improcedente a denúncia e absolveu Nicolas Behr, que recuperou os livretos apreendidos.

A Livraria Encontro e a Editora Coordenada também foram alvos de apreensões de livros em Brasília, em três ocasiões. Ambas eram de propriedade do editor e livreiro Victor José Melo Alegria Lobo e foram invadidas em 11 de novembro de 1969 e 16 de maio de 1975. Sobre o episódio de 1969, consta em documento do Ministério da Marinha, de 27 de novembro de 1969, anexo ao Encaminhamento 819, do Serviço Nacional de Informação (SNI)⁷, de 22 de dezembro daquele mesmo ano, que no dia 11 de novembro foram apreendidos 600 exemplares do livro *O diário de Che Guevara*⁸ que estavam na Livraria Encontro, localizada na galeria do Hotel Nacional em Brasília. A obra foi editada pela Coordenada, constando também no documento que foram apreendidos mil exemplares em depósito desta editora no Rio de Janeiro. A operação em que estas obras foram apreendidas tinha como propósito atingir a Gráfica Itambé, do Rio de Janeiro, onde foram impressos os referidos livros, visto que “há muito se sabia responsável pela impressão de publicações de natureza subversiva”, constando que ela

⁷ Documento presente no Arquivo Nacional (AN) com código de referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.69021660

⁸ O título correto é *Diário de uma campanha na Bolívia: (7-11-66 – 7-10-1967)*, de Ernesto Che Guevara, apresentando ainda no mesmo volume os títulos: *Uma introdução necessária*, de Fidel Castro e *Defesa em Camiri*, de Régis Debray

também recebia “subvenção de um país do Bloco Oriental.” Em prontuário do Centro de Informações do Exército (CIE)⁹, sobre Victor Alegria, consta que nesta diligência também foram confiscados “vários livros considerados obscenos (alguns proibidos pela censura Federal)”.

Outro episódio de apreensão de livros na Livraria Encontro de Brasília aconteceu em maio de 1975 e começou a partir da denúncia do líder do Partido Arena, Ari Mucio Valente Ornelas, na cidade de Formosa-GO. A esposa de Ari encontrou em sua casa livros estranhos à sua biblioteca, descobrindo que eles foram passados ao seu filho pelo senhor José Manoel, funcionário de Victor Alegria na filial da Livraria Encontro, em Formosa. Assim, Ari foi à livraria na sua cidade e comprou o livro *Ernesto Che Guevara*, fazendo a denúncia em seguida à polícia local e também ao Ministro da Justiça, anexando o livro comprado¹⁰.

A primeira diligência policial foi no dia 13 de maio de 1975, na filial de Formosa, onde foram apreendidos 152 exemplares, de 49 títulos diferentes de livros. O título com mais exemplares apreendidos foi o mesmo que Ari havia comprado, *Ernesto Che Guevara*: diário de uma campanha na Bolívia, com 93 exemplares confiscados. Destaca-se o fato desta obra já ter sido apreendida no episódio de 1969, além de outros cinco exemplares dela também terem sido pegos pela polícia na sede da Livraria Encontro, em Brasília, na diligência do dia 16 de maio. Na capital foram apreendidos mais de 180 exemplares, de 25 títulos diferentes, tais como: *História do socialismo e das lutas sociais*, de Max Seer, *A comuna de Paris*, de Trotsky, *O que Marx realmente disse*, de Ernst Fischer, *Marxismo e existencialismo*, de August Thalheimer, entre outros. Na diligência feita na filial de Formosa também foram apreendidos outros três títulos publicados pela Editora Coordenada de Brasília: *Realismo crítico hoje*, de Luk Acs, *Esquadrão da morte*, de Amado Ribeiro e Pinheiro Júnior e *Consciência Nacionalista*, de Luiz Adolfo, sendo confiscados um exemplar de cada. Pelos autos de apreensão dos dias 13 e 16 de maio de 1975¹¹, verifica-se que todas as obras apreendidas estavam no escopo da repressão política, pois muitos são dos pensadores primordiais ao comunismo, como Marx, Lenin e Trotsky.

Em entrevista, Victor Alegria falou que em 1969 ficou preso na Ilha das Flores, no Rio de Janeiro, por cerca de 3 a 4 meses (LOBO, 2019). Por causa das apreensões feitas em 1975, ele foi novamente preso, em 14 de maio, sendo solto em 24 de junho daquele ano. Victor contou na entrevista, que neste momento, sua esposa o aguardava na parte da frente do local onde estava preso, em Goiânia. Mas, ele

9 Documento presente no AN com código de referência: BR DFANBSB Z4.DPN.PES, PFI.0660

10 Informações presentes em documento do AN que possui código de referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.75085924

11 Autos de apreensão presentes em processo do Superior Tribunal Militar (STM) disponibilizados pelo projeto Brasil: nunca mais, com código de referência: BNM 35. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/pdf>. Acesso em 28 abr. 2020.

foi solto na parte de trás do prédio e ao sair percebeu as pessoas que iriam lhe sequestrar, escondidas atrás das árvores (LOBO, 2019). Em documento do CIE, de 15 de agosto de 1975¹², é possível ver que este rapto sofrido por Victor Alegria aconteceu por suspeita do seu envolvimento com o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Pois, a gráfica que tentou montar em Formosa entrou no radar do Exército como fazendo parte de um parque gráfico que esse partido vinha montando em Brasília. Em razão desta terceira prisão, um mandado de apreensão foi cumprido no dia 02 de julho de 1975, em sua residência na Asa Sul, em Brasília, onde foram confiscados 33 títulos de obras de Lenin, Marx e Engels, entre outros autores¹³, sendo levados pela polícia um exemplar de cada.

Victor Alegria também falou na entrevista que, com o sequestro que sofreu, ficou preso em vários locais de Brasília, primeiro em algum lugar da Esplanada dos Ministérios, depois no Setor Militar Urbano e em outro ponto que não conseguiu identificar. Neste período, além da situação precária em que ficou no cárcere, sempre encapuzado, nu e tendo que dormir no chão frio, Victor também conta que foi torturado.

Ainda na entrevista, ele narra que às quartas e quintas-feiras aconteciam as “noites das bruxas”, que consistiam em sessões de pancadaria, com cassetete, jatos de água gelada com ventiladores ligados para esfriar mais e depois choques elétricos nos testículos, além de afogamento. Ele também relata na entrevista, que em determinada ocasião se levantou e saiu andando sem consciência e ao entrar em uma sala, a pessoa que lá estava, se espantou com sua presença e ameaçou matá-lo, alegando que Victor o tinha visto. Mas, Victor diz que estava encapuzado e por isso tomou um soco na barriga, depois apagou e não sabe quanto tempo dormiu. Ele continua o relato dizendo que era colocado em um local apertado, que parecia um caixão, sendo deixado lá, falando também que por vezes teve medo da morte, pois depois de tudo que sofreu, só restava que eles lhe matassem. Segundo Victor Alegria disse na entrevista, nos interrogatórios lhe perguntavam sobre pessoas de Brasília e sobre a Editora Civilização Brasileira, coisas que ele não tinha conhecimento sobre. No final deste episódio de sequestro, quando foi entregue à Polícia Federal, ele relata que estava tão fraco que teve que ser retirado nos braços do camburão (LOBO, 2019). No Telex 298 do DPF-DF, de 18 de agosto de 1975, consta que Victor Alegria havia sido solto naquele dia, às 16h¹⁴.

A apreensão de livros como provas de subversão foi uma outra modalidade de repressão usada pelo regime militar. Castro (2017) mostra que os policiais que faziam a busca destes livros procuravam

12 Documento presente no AN com código de referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.75085563

13 Auto de apreensão também presente no processo BNM 35.

14 Documento presente no AN com código de referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.81015413

por aqueles que pudessem incriminar os suspeitos, sendo instruídos especificamente sobre o material que deveria ser confiscado. Segundo a autora, estes livros podiam ser usados como provas auxiliares ou mesmo como prova principal nos processos da Justiça Militar, de modo que “a apreensão de livros pode ser vista como uma fotografia que revela a opressão da ditadura” (CASTRO, 2017, p. 93).

A importância atribuída aos livros confiscados como atestado de subversão pode ser verificada em alguns Mandados de Busca e Apreensão, em que é dito para que se proceda “a mais minuciosa busca, no sentido de: arrecadar impressos, panfletos, livros, publicações ou quaisquer outros materiais de natureza subversiva”. No Distrito Federal (DF), esta modalidade foi muito usada, sendo encontrados 28 autos de apreensão presentes nos processos judiciais do STM em que livros foram confiscados pela polícia política¹⁵. Na análise desses autos de apreensão foi possível identificar que o confisco de livro foi feito entre 1967 e 1975, sendo o ano de 1969, aquele com mais autos, totalizando 13. A região do Plano Piloto foi a área em que mais teve apreensões, com 17 confiscos, tendo casos também na Candangolândia, no Gama, no Núcleo Bandeirante e em Taguatinga. Ao todo foram confiscados ao menos 812 exemplares de livros.

Outras apreensões que se destacaram são aquelas que foram feitas em momento de repressão simultânea a várias repúblicas de estudantes. Em Relatório Especial de Informação Nº 03/73, do Exército, Comando Militar do Planalto, 11ª região e 2ª seção, emitido em 10 de setembro de 1973, com assunto “Infiltração subversiva no meio universitário em Brasília”¹⁶, consta que ao menos quatro apartamentos nas Asas Sul e Norte foram invadidos por policiais, onde 33 alunos foram presos, a maioria da UnB. Neste relatório, o General Olavo Viana Moog chega à conclusão que encontrou provas de que o Movimento Comunista Internacional usava o binômio tóxico-subversão, para tentar implantar uma “revolução marxista” no Brasil. Para isso ele cita o comportamento sexual dos alunos, dizendo que quase era praticado sexo grupal, além de ressaltar a grande incidência de homossexuais. O General também trata da corrupção a respeito dos costumes e da moralidade como uma ferramenta de subversão, tanto em relação à liberdade sexual dos alunos, quanto em relação ao relaxamento destes com a aparência, vivendo sujos, barbudos e cabeludos, além de praticarem a fotografia “como arte, deturpada para o erotismo”.

15 A partir dos 11 casos apontados por Castro (2017) foram encontrados outros 17 autos de apreensão de confisco de livros em Brasília. Os processos judiciais disponibilizados pelo projeto Brasil: nunca mais, em que foram encontrados os mandados e autos de apreensão são: BNM 16 (10 autos), BNM 35 (4 autos), BNM 73 (2 autos), BNM 193 (3 autos), BNM 487 (3 autos) e BNM 676 (6 autos)

16 Documento presente no AN com código de referência: BR DFANBSB AA1.0.ROS.0033

Na invasão das repúblicas diversos jornais e revistas foram apreendidos: 122 exemplares do *Opinião*, 37 exemplares do *Pasquim*, 09 exemplares do *Debate*, 20 exemplares do *Politika*, 34 exemplares da revista *Rolling Stone* e 18 exemplares diversos. Em relação aos livros, foram apreendidos 271 exemplares, sendo 76 sobre Comunismo Soviético, 96 de autores esquerdistas-brasileiros, 62 de autores esquerdistas-estrangeiros e 37 diversos, conforme consta no relatório do General Olavo. Estes números sobre os jornais e livros confiscados foram organizados no relatório, junto a outros dados, no intuito de fornecer “uma melhor compreensão dos reflexos da ação subversiva que vem sendo desenvolvida no meio universitário de BRASÍLIA e, particularmente, na UnB”.

Figura 1 – Material apreendido nas repúblicas em 1973¹⁷



Fonte: Arquivo Nacional, 1973.

Levando em consideração este contexto das diversas apreensões de livros e periódicos, o artigo 5º, inciso II, do Decreto-Lei Nº 1.077/70, previa a incineração de do material que não tivesse sido liberado ou que foi proibido que fosse distribuído, vendido ou exposto. Por isso, é possível encontrar no Arquivo Nacional uma série de documentos chamados Autos de Incineração, onde consta que o material cultural em poder da DCDP e de suas sucursais foi queimado para diminuição do acúmulo nos depósitos destes órgãos públicos. Duas séries documentais referentes aos dois processos de incinerações que ocorreram em Brasília podem ser encontradas no AN.

¹⁷ Fotografia presente em documento do AN com código de referência: BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.73062811

A primeira incineração aconteceu em 01 de março de 1973 e parece ter sido a precursora para esta prática no país, com os trabalhos de levantamento da documentação a ser eliminada, coordenados pela 1ª Comissão de Incineração, nomeada pela Portaria Nº 14, de 10 de abril de 1972.¹⁸ Além de 13 livros “apreendidos por força de Despachos e Portarias do Ministério da Justiça”, também foram relacionados como material possível de descarte: 3.960 exemplares da revista *Veja*, n. 15, de 18 de dezembro de 1968, e outros 2.606 exemplares de outros títulos de revistas, assim como 6.968 discos fonográficos, “apreendidos por conterem matérias contrárias à moral e aos bons costumes”, entre outros materiais. Destaca-se neste episódio o fato de cinco funcionários do Corpo de Bombeiros do DF terem acompanhado, transportado e incinerado o material, em enredo histórico que se assemelha à obra ficcional de Ray Bradbury, que no livro *Fahrenheit 451* apresenta uma sociedade distópica onde os bombeiros deixam de apagar incêndios e passam a queimar livros.

O outro Auto de Incineração, referente aos materiais acumulados na DCDP, foi cumprido no dia 27 de janeiro de 1977¹⁹, cremando o material cultural em incinerador presente no Aeroporto Internacional de Brasília. Consta que foram eliminados neste processo 890 exemplares de livros, de 76 títulos diferentes. Ainda foram incinerados 436 filmes, 1.262 jornais e revistas, 71 discos fonográficos “contendo músicas árabes”, além de outros materiais. Entre os títulos dos livros, o que teve mais unidades destruídas foi *O último tango em Paris*, com 204 exemplares queimados. Verifica-se que nesta ocasião todos os títulos eram basicamente relacionados ao escopo da repressão moral, como por exemplo, os livros: *As sensuais*, *Nua e sua*, *A boca sensual*, *Um homem irresistível*, *Labaredas sensuais*, *Chinezinha erótica*, *Um casal de duas*, *A joia do sexo*, entre outros. A partir deste documento, é possível ver que as apreensões de livros em Brasília extrapolaram os confiscos de cunho político encontrados nos Autos de Apreensão presentes nos processos da justiça militar.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O levantamento apresentado neste trabalho demonstra que durante a Ditadura Militar, a repressão a livros em Brasília foi intensa, sendo praticada principalmente a partir de apreensões de exemplares. O primeiro episódio de confisco de livros identificado remota ao início do regime militar, enquanto também foi possível verificar que os processos de apreensão de livros foram intensificados

18 Documentação presente no AN com código de referência: BR DFANBSB NS.AGR.CDO.0001

19 Documentação presente no AN com código de referência: BR DFANBSB NS.AGR.CDO.0004

entre 1969 e 1975. Nota-se também que toda a cadeia de vida do livro sofreu com atos de repressão, sendo encontrados processos de perseguição a autores, editores, livreiros, leitores e bibliotecas. O rigor da repressão praticada em relação aos livros pela polícia política e o regime militar pode ser medido pela quantidade de exemplares confiscados.

Os casos aqui relatados dão notícia de cerca de 6 mil exemplares apreendidos em Brasília, tanto por motivos políticos, quanto morais. Com a perseguição aos livros feita de forma tão rigorosa, em Brasília houve um episódio que possibilitou a comparação de um caso real, com aquilo que tinha sido apresentado apenas em obras literárias ficcionais, a queima de livros por bombeiros.

REFERÊNCIAS

BEHR, N. **Nicolas Behr**: questionário [25 mar. 2020]. Pesquisador: Raphael Diego Greenhalgh, 2020. 1 arquivo .docx (4 p.).

BERG, C. **Mecanismos do silêncio**: expressões artísticas e censura no regime militar. 2. ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2019.

BRASIL. Decreto-lei 1.077, de janeiro de 1970. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1970-1979/decreto-lei-1077-26-janeiro-1970-355732-norma-pe.html>. Acesso em: 27 abr. 2020.

CASTRO, A. C. S. **Apreensão de livros tidos como subversivos**: o que os processos judiciais da Ditadura Militar revelam. 2017. 149 p. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27152/tde-23052017-152147/pt-br.php>. Acesso em: 27 abr. 2020.

COMISSÃO Anísio Teixeira de Memória e Verdade. **Relatório**. Brasília: UnB, 2015. Disponível em: http://www.comissaooverdade.unb.br/images/docs/Relatorio_Comissao_da_Verdade.pdf. Acesso em: 16 abr. 2020.

COFRE da UnB escondia obras consideradas “subversivas”. Folha de S. Paulo, 28 jun. 1986. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=9547&keyword=cofres&anchor=4154142&origem=busca&pd=8f4aab188ade8a5a20aeab1eed00dbf6>. Acesso em: 27 abr. 2020.

COPIOSO material subversivo foi apreendido em Brasília. **O Globo**, 09 abr. 1964. Disponível em: <http://bdce.unb.br/items/show/547#gallery>. Acesso em: 24 nov. 2018.

CUNHA, M. B. **Murilo Bastos da Cunha**: questionário [13 mar. 2020]. Pesquisador: Raphael Diego Greenhalgh, 2020. 1 arquivo .docx (2 p.).

DOBERSTEIN, J. M. **As duas censuras do regime militar**: o controle das diversões públicas e da imprensa entre 1964 e 1978. 2007. 107 p. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal

do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/13815/000651661.pdf?sequence=1>. Acesso em: 05 nov. 2019.

FREITAS, B. S. **Silêncio e censura: a biblioteca da Universidade de Brasília nos anos de chumbo da Ditadura Militar**. 2016. 60 p. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/bitstream/ri/11312/2/TCCG%20-%20Biblioteconomia%20-%20Beatriz%20Silva%20Freitas.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2020.

JUBERTE, V. “A construção de um mundo novo e a luta por uma vida feliz”: Jorge Amado e a Coleção Romance do Povo. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH, 30., 2019, Recife. **Anais...** Recife: ANPUH, 2019. Disponível em: [https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1564003722_ARQUIVO_apresentacaoanpuh2019\(RecuperacaoAutomatica\).pdf](https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1564003722_ARQUIVO_apresentacaoanpuh2019(RecuperacaoAutomatica).pdf). Acesso em: 27 abr. 2020.

LEITÃO, B. J. M. **Bibliotecas públicas, bibliotecários e censura na Era Vargas e regime militar**. Niterói: Intertexto, 2011.

LOBO, Victor José Melo Alegria. **Victor José Melo Alegria Lobo: entrevista** [28 nov. 2019]. Entrevistador: Raphael Diego Greenhalgh, 2019. 1 arquivo .m4a (92 min.).

MARCELINO, D. A. **Subversivos e pornográficos: censura de livros e diversões públicas nos anos 1970**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

MATERIAL de propaganda comunista apreendido pelo exército na UnB. **Correio Braziliense**, 10 abr. 1964. Disponível em: < <http://bdce.unb.br/items/show/548#gallery>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

NAPOLITANO, M. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

REIMÃO, S. “Proíbo a publicação e circulação...” – censura a livros na ditadura militar. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 28, n. 80, p. 75-90, jan./abr. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142014000100008&script=sci_arttext. Acesso em 11 nov. 2019.

RODRIGUES, M. L. O. **A censura na Biblioteca Central da Universidade de Brasília durante o período do Regime Militar**. 2013. 52 p. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/6228/1/2013_MarcellaLudmilaDeOliveiraRodrigues.pdf. Acesso em: 27 abr. 2020.

SMITH, A.-M. **Um acordo forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.